



Lista de Documentos (Consultar instruções em anexo)

00. Requerimento (Modelo 20/CMA/DAU/2004).	●	Pág. <u>1</u> a <u> </u>
01. Documento comprovativo da legitimidade do requerente.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
02. Termo de responsabilidade do técnico pela ocupação da via pública.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
03. Termo de responsabilidade do técnico pela montagem de equipamento fixo e/ou móvel de apoio á obra.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
04. Declaração de responsabilização.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
05. Planta de Localização.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
06. Memória descritiva.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
07. Peças desenhadas.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
08. Esquema de implantação devidamente cotado da ocupação da via pública.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
09. Apólice de seguro (Exibição do original aquando do pagamento/levantamento da licença da ocupação da via pública).	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
10. Declaração de autorização para levantamento da licença de ocupação da via pública.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>
11. Cópia da licença de ocupação da via pública inicial, se for o caso.	●	Pág. <u> </u> a <u> </u>

NOTA: No caso de licença de ocupação da via pública para obras de conservação ou outras obras isentas de licença ou autorização municipal, o requerente apenas deverá entregar os documentos assinalados em 00, 01, 03 a 05, 08 e 11, nos demais casos deverá entregar os documentos assinalados em 00, de 02 a 07, de 09 a 11.

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

O requerente deve organizar os documentos pela ordem indicada, com numeração de páginas de forma sequencial. Apenas são numeradas as duas colecções iniciais.



Câmara Municipal
da Amadora
DAU - Departamento
de Administração Urbanística

Ex.^{ma} Sr. Presidente
da Câmara Municipal da Amadora

00 Registo de Entrada

Requerimento n.º	/ 20
Processo	- /
Guia n.º	O Funcionário
Data	/ /20
Valor	

A Preencher pelos serviços

20

Assunto: Ocupação da Via
Pública.
MOD. 20/CMA/DAU/2004

FOLHA 01

01 Identificação do Requerente

Nome/Designação

N.º do B.I.

Data de Emissão

- -

Arq. de Identificação/Registo Comercial

NIF

Domicílio/Sede

Freguesia

Código Postal

-

N.º Telefone

N.º Telefax

E-Mail

02 Na Qualidade de (Assinale com X a qualidade do requerente e o tipo de imóvel)

Proprietário ☐

Comproprietário ☐

Locatário ☐

Superficiário ☐

Usufrutuário ☐

Mandatário ☐

Titular do Direito de Uso e Habitação ☐

☐

do(a)

Lote/Parcela ☐

Edifício ☐

Fracção ☐

03 Âmbito da Informação (Assinale com X o pretendido)

- ☐ Vem requerer a V.Exa, ao abrigo do disposto do n.º 2 do art.º 57º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, a **licença de ocupação de via pública** pelo prazo de _____

Tapume ☐

Estaleiro ☐

Grua ☐

Depósito de Materiais ☐

Contentor/Tubo de descarga de entulho ☐

Tapume sem ocupação de via pública ☐

Vedação sem ocupação de via pública ☐

Guinchos ☐

Plataformas Elevatórias ☐

- ☐ Andaime com _____ metros de comprimento por _____ pisos e _____ metros de largura.

- ☐ Outra ocupação autorizada para obras _____,

processo n.º _____ licença n.º _____

válida até ____ / ____ / ____.

Para o local existe o processo n.º _____, referente ao pedido

de ☐ **autorização** ☐ **licenciamento** da seguinte operação urbanística⁽¹⁾ _____

- ☐ Vem requerer a V.Exa, a emissão da licença de ocupação da via pública com:

Estaleiro ☐

Amassadouro ☐

Depósito de Materiais ☐

Contentor/Tubo de descarga de entulho ☐

- ☐ Tapume com _____ metros de comprimento, _____ metros de cabeceira e _____ metros de altura.

- ☐ Andaimas com _____ metros de comprimento, _____ metros de largura e _____ pisos.

Em virtude de ir proceder a obras de:

☐ Conservação

☐ Outras isentas de licenciamento municipal

Refere que:

A obra não está sujeita a licenciamento municipal, pois trata-se de uma obra de conservação. Para o local existe o processo

n.º _____ de ____ / ____ / ____.

A obra está isenta de licenciamento municipal, conforme comunicação prévia feita através do processo

n.º _____ de ____ / ____ / ____.

● Vem requerer a V.Exa, a prorrogação do prazo previsto na licença de ocupação da via pública n.º _____
_____, de ____ / ____ / _____, pelo período de _____ dias.

04 Local da Operação Urbanística

N.º do Processo	Data da Notificação da CMA	/	/
Sito(a) em			
Freguesia	Código Postal	-	



Amadora, _____ de _____ de _____

Pede deferimento,

Assinatura do requerente (exibição do B.I. ou assinatura reconhecida)

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA

Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho

(1)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____/____/____, pelo Arquivo de Identificação de _____,
Contribuinte n.º _____, residente em _____

Código Postal ____-____, Telefone _____, Fax _____,
e E-mail _____,
inscrito na⁽²⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro,
com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que o plano de ocupação de via pública, de que é autor, relativo à obra
de⁽³⁾ _____,

localizada em⁽⁴⁾ _____,
na freguesia de _____, cujo(a)⁽⁵⁾ _____ foi requerido por

(6)

observa todas as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis,
designadamente⁽⁷⁾ _____

Amadora, ____ de ____ de ____

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal
mediante a exibição do B.I.)

- (1) Nome e habilitação profissional do autor do projecto.
(2) Indicar associação pública de natureza profissional.
(3) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
(4) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia).
(5) Indicar se se trata de licenciamento ou autorização.
(6) Indicação do nome/designação do requerente.
(7) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

NOTAS:

- Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa.
- Nos termos dos artigos 98º 99º de Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, as falsas declarações dos autores dos projectos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projecto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias.
- Nos termos do n.º 3 do artigo 99º, as sanções aplicadas aos autores do projecto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA MONTAGEM DE EQUIPAMENTO FIXO E/OU MÓVEL DE APOIO À OBRA

(1)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____/____/____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____

Código Postal ____-____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽²⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no Artigo 137º do R.E.G.E.U. e demais legislação aplicável, que assume

inteira responsabilidade pelo(a)⁽³⁾ _____ que vai ser armado no edifício

sito em⁽⁴⁾ _____,

na freguesia de _____, de que

é proprietário⁽⁵⁾ _____,

Amadora, ____ de ____ de ____

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal
mediante a exibição do B.I.)

(1) Nome e habilitação profissional do autor do projecto.

(2) Indicar associação pública de natureza profissional.

(3) Andaime/Plataforma Elevatória/Guinchos/Contentor/Tubo de Descarga de Entulho/Grua/Outro.

(4) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia).

(5) Indicação do nome/designação do requerente.

DECLARAÇÃO

(1)

Portador do B.I./C.P.C. n.º _____, emitido em ____/____/____, pelo Arq. de Identificação de _____,
Contribuinte n.º _____, residente em⁽²⁾ _____

Código Postal ____-____, Telefone _____, Fax _____,
e E-mail _____

estando a proceder a obras de⁽³⁾ _____,
na sua propriedade sita em⁽⁴⁾ _____

na freguesia de _____, declara que se responsabiliza por possíveis danos
causados na via pública em equipamentos públicos ou aos respectivos utentes, em consequência das obras atrás referidas.

Amadora, ____ de ____ de ____

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal
mediante a exibição do B.I.)

- (1) Indicação do nome/designação do requerente.
(2) Domicílio/Sede do requerente.
(3) Tipo de operação urbanística.
(4) Localização do edifício (nome do arruamento e lote/número de polícia e freguesia).

DECLARAÇÃO

Titular do B.I. n.º	, emitido em	/	/	, pelo Arquivo de Identificação de
Contribuinte n.º	, residente em			
Código Postal	-	-	, Telefone	, Fax
e E-mail				
requerente do processo				
vem por este meio autorizar o(a) Sr.(a)				
Titular do B.I. n.º	, emitido em	/	/	, pelo Arquivo de Identificação de
a proceder ao levantamento da respectiva licença de ocupação de via pública.				

0 Requerente,

Amadora, de de



01. Documentos comprovativos da legitimidade do requerente:

- No caso do requerente ser pessoa colectiva, deverá juntar, certidão de pessoa colectiva e certidão do registo comercial, emitida há menos de um ano. (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original)
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação: (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original).

Proprietário – Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de seis meses. Quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio;

Usufrutuário – Escritura notarial;

Locatário – Contrato de arrendamento ou, caso este não exista, último recibo da renda ou do contrato de arrendamento. Deverá ser junta também autorização do locador para a realização da operação urbanística em causa;

Superficiário – Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de seis meses. Quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio;

Mandatário – Procuração ou outro documento que confira a representação, com poderes para o acto e documento que comprove a legitimidade do mandante;

02. Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto, pela ocupação da via pública, acompanhado de um dos seguintes documentos:

- Comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional;
- Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 4, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional.

03. Termo de responsabilidade do técnico pela montagem de equipamento fixo e/ou móvel de apoio à obra.

- Comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional;
- Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 4, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional.

04. Declaração de responsabilização por danos causados na via pública, em equipamentos públicos ou aos respectivos utentes, em consequência das obras.**05. Plantas de localização.**

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:1 000.

06. Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão.

07. Peças desenhadas da solução de ocupação de via pública pretendida, contendo nomeadamente, plantas, cortes e alçados esquemáticos à mesma referentes, cotadas, à escala de 1/200 ou superior, indicando:

- Implantação dos estaleiro e respectivo tapume, mencionando o seu comprimento e respectivas cabeceiras, bem como a localização das instalações de apoio, máquinas, aparelhos elevatórios e de contentores para recolha de entulhos;
- Características do arruamento da área objecto da ocupação e ainda a localização de sinalização, de passadeiras de peões, candeeiros de iluminação pública, sistemas de rega, marcos de incêndio, sarjetas, árvores ou outro tipo de instalações fixas.

08. Esquema de implantação devidamente cotado da ocupação da via pública com os elementos constantes em 07.

09. Apólice de seguro da obra que cubra a responsabilidade dos danos emergentes de acidentes de trabalho.

10. Declaração de autorização para levantamento da licença de ocupação da via pública, quando não seja o requerente, o proprietário.

11. Cópia da licença de ocupação da via pública inicial.

Nota: No âmbito do pedido de ocupação da via pública deve o requerente observar o disposto na legislação aplicável, designadamente o Decreto-lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, Decreto-lei n.º 155/95, de 1 de Julho, Portaria n.º 101/96, de 3 de Abril e Regulamento Municipal sobre Ocupação do Domínio Público